

Educação e Política na formação: provocações para um debate necessário

Eixo 04 - Capital financeiro e a educação dos trabalhadores no contexto atual -
Educação para a emancipação humana

Liliane Barros de Almeida – UEG – lba.liliane@gmail.com

Resumo: Discute-se, neste texto, a educação em relação intrínseca com a política em seu sentido mais amplo, para a partir daí, pensar e questionar a formação que realizamos. A educação é mediadora da cultura e dos saberes produzidos pelos homens, e embora não seja capaz de sozinha superar este quadro de desajuste social, não deve se mostrar imparcial ou omitir-se e sim assumir suas responsabilidades: “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora” (MESZÁROS, 2008, p.76). Contra à política gerencialista que se perde nas questões administrativas, no contexto de uma crise de valores inerentes à dignidade, à democracia, à justiça e ao respeito à vida, entende-se que a prática educativa não é neutra, nem mesmo isolada da sociedade, e sim uma ação ampla e humanizadora, pois a educação é constituinte das transformações ocorridas nas dimensões sociais e políticas que ressignificam suas práticas. A sociedade moderna capitalista valoriza o desenvolvimento científico e técnico, por meio da educação e a criação de escolas politécnicas para atender às demandas sociais do progresso técnico-científico e do desenvolvimento econômico-industrial. A ênfase no desenvolvimento da ciência trouxe consequências à educação que por um lado contribuiu de forma fecunda para a constituição de novos padrões de pensamento, constituindo uma racionalidade ao processo educacional e por outro lado a confrontou com novos problemas. A aplicação de métodos de investigação científica provenientes da área da matemática, da física e da estatística tornaram-se os meios válidos para explicar os fenômenos e as leis sociais, ou seja, a complexidade das relações humanas foram objetivadas à análise dos métodos científicos. A ciência passou a ser a única forma de se chegar à verdade, em detrimento do pensar, do refletir e do debate inerentes ao humano. Trazendo ao campo educacional uma racionalidade em que as relações passam a ser mediadas pela tecnologia e métodos de ensino com critérios avaliativos metódicos, desconsiderando a dimensão humana da ação educativa. “A modernidade caracterizou-se como um período em que se valorizou antes de mais nada a razão como elemento explicador e transformador do mundo. Ser moderno implicava em lançar-se à aventura da razão instrumental, tecnológica” (RIOS, 2010, p.39). Uma educação preocupada com o desenvolvimento da técnica, com o como fazer, camufla a dimensão política de pensar a ação pedagógica que se faz na contradição, na luta coletiva. “Privilegiar os problemas metodológicos, técnicos e administrativos é escamotear e silenciar o debate de questões fundamentais da educação” (COELHO, 2011, p.322). O questionamento que se faz diante desta realidade é que a subordinação do sistema educacional ao pensamento econômico altera os fins da educação. Pois em nome de uma qualidade educacional priorizam-se os métodos, a avaliação e a técnica em função de uma produtividade mensurada por números, deixando o aspecto humano da formação em segundo ou em plano nenhum. A qualidade considerada é a do atendimento aos preceitos da organização econômica. Parece então que o caminho a se fazer é o da crítica e da reflexão rigorosa e consciente, buscando compreender a realidade, pensá-la e agir no sentido de transformá-la. A tarefa da educação, para além

da organização econômica, deve ser a da negação da mera reprodução social, numa ação que seja permanente busca do sentido, da interrogação, da criação e do trabalho intelectual. Nessa formação a construção do saber é rigorosa e cuidadosa, não é apressada, exige dedicação, insatisfação e inquietação. A educação e a política numa perspectiva ampla de seu entendimento devem por em questão o instituído de forma parcial e voltado a interesses particulares, compreendendo a instituição da sociedade inseparável da formação autônoma do homem; além de contribuir para a participação política efetiva dos sujeitos nas instituições com abertura para as questões sociais e coletivas. A tradição filosófica sempre se empenhou em demonstrar a origem comum entre a política e a educação. Faz sentido, pois, discutir a questão do direito à educação numa sociedade que prioriza a efetivação desse direito em termos numéricos sem se preocupar com sua realização plena. Esse direito deveria sim contribuir para a transformação das relações sociais instituídas e para que isso ocorra é preciso inseri-lo em uma política que visa a construção global da sociedade, vinculando-o à criação de instituições sociais autônomas e à afirmação da liberdade de pensamento, de igualdade política e social, para a construção da vida coletiva que possibilite maiores condições para a realização da justiça.

Palavras-chave: Educação, Política, Autonomia, Formação.

Referências

ALMEIDA, Liliane Barros de. *A gênese do ensino superior e o sentido da formação*. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Educação: direito do cidadão e não mercadoria*. (Aula inaugural da FFLCH – 20 de fevereiro de 2003). Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/geral/12educacaodireitodocidadaoe_naomercadoria.pdf Acesso em: 12 de maio. de 2011.

COELHO, Ildeu Moreira. Pensando o trabalho educativo. *Educativa*, Goiânia, v.14, n.2, p.313-326, jul/dez. 2011.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.